

O FILHO E O PAI, O EU E O OUTRO: TEXTOS QUE MUTUAMENTE SE LEEM, MEMÓRIAS E IDENTIDADES QUE DE PARELHA SE TRAÇAM

Fernanda Pires de Paula (UFG/RC)

Silvana Augusta Barbosa Carrijo (UFG-RC)

Resumo: Contemplando a narrativa juvenil *O homem que lia as pessoas* (2006), de João Anzanello Carraschoza, pretendemos, por via do presente trabalho, examinar a relevância da memória para a obra em questão e em que medida rememorar influencia a construção identitária do sujeito. Nesta perspectiva, algumas considerações sobre o lugar ocupado pela literatura juvenil nessa problematização serão também consideradas. Com tal propósito, examinamos a obra literária selecionada partindo das reflexões concernentes aos conceitos de memória e identidade desenvolvidos por Woodward (2014), Gagnebin (2006) e José (2012).

Palavras-chave: Literatura juvenil, memória, identidade.

Abstract: Contemplating the youth narrative *O homem que lia as pessoas* (2006), by João Anzanello Carraschoza, we intend, through this present essay, to examine the relevance of memory for the work in question and to which extent to recall influences the identity construction of the subject. In this perspective, some considerations about what is the place occupied by the youth literature, within this theme, will also be raised. In this purpose, we have examined the literary book selected starting from the reflections related to the concept of memory and identity developed by Woodward (2014), Gagnebin (2006) and José (2012).

Keywords: Youth literature, memory, identity.

PARA COMEÇO DE CONVERSA

A produção de conhecimento científico que contempla a literatura infantil e juvenil (LIJ) constitui um *locus* epistemológico pautado pela ambiguidade. Torcidas de

nariz por parte de pesquisadores que a ela voltam olhares preconceituosos e desconfiados andam de parilha com o reconhecimento da importância cultural desta arte¹ e da crítica que sobre ela se debruça. De um lado, há uma parcela, tanto dentro da academia, quanto fora dela, que encara estudos e pesquisas sobre literatura infantil e juvenil como um campo de saber menor e, por conseguinte, a literatura compreendida sob tal rubrica como arte de menor grandeza. Por outro, torna-se perceptível a tomada de consciência sobre a riqueza literária de algumas produções que constituem este subgênero literário e da relevância de estudos que sobre ele se debruçam, tendo em mira, por exemplo, entre tantas outras questões, o exame das circunstâncias estético-culturais, sociais, históricas e psicológicas que norteiam e medeiam o processo de formação leitora de crianças e jovens, tendo em vista a construção de um comportamento perene de leitura, de modo que a prática leitora se dê num *continuum*, aliando a criança e o jovem que leram ao adulto que lê e leitor continuará.

Em consonância com esta vertente que referenda a grandeza da literatura infantil e juvenil enquanto arte, o

1 Como bem observa Ceccantini (2004), esta postura discriminatória em relação à literatura infantil e juvenil bem como a estudos e pesquisas que a ela se dedicam se relaciona a dois grandes fatores: “a posição marginal ocupada pela criança em nossa sociedade” (CECCANTINI, 2004, p. 22), ser encarado pelos atributos da fragilidade, dependência e submissão e, por outro, à “volatilidade do objeto LIJ”, “à fugacidade do gênero”, que não se deixa esquadriñar em definições precisas.

pesquisador João Luís Ceccantini, em seu excelente texto “Perspectivas de pesquisa em literatura infanto-juvenil” (2004), apresenta-nos uma pletora de possibilidades investigativas relacionadas às obras potencialmente voltadas para crianças e jovens. A este esforço de ampliação de uma fortuna epistemológica sobre este campo literário, vem somar-se a presente produção de pesquisa acadêmica². Mais especificamente nos limites do presente trabalho, examinaremos a narrativa juvenil *O homem que lia as pessoas*, de João Anzanello Carrascoza (2007), contemplando analiticamente as categorias da “memória” e da “identidade”.

CONSTRUINDO MEMÓRIAS E IDENTIDADES

O texto literário apresenta uma potencialidade capaz de contemplar grande parte das experiências possíveis à vida humana. Por meio de um contato real com essa arte, o leitor pode, simbolicamente, experienciar acontecimentos como a morte, o amor, o medo, manifestações de espiritualidade, de afetividade, de sexualidade, as angústias, as alegrias e tantas outras categorias “não passíveis de lição”, como bem

2 Atualmente está em andamento o projeto de pesquisa de mestrado intitulado *Porque de tãntos também se faz a infância e a adolescência*: representação literária da morte em obras infantis e juvenis brasileiras contemporâneas. Nesse projeto selecionamos seis obras literárias, sendo três infantis e três juvenis, que serão analisadas sob esta perspectiva. Não raramente considera-se o leitor mirim e o jovem leitor como sujeitos demasiados imaturos para que tenham contato com a temática da morte. A investigação se apresenta com o intento de desmistificar afirmações semelhantes e atestar que a literatura infantil e juvenil é capaz de, não só “tratar” do tema da morte, mas também se atenta para o “como tratar” a temática considerando seu público leitor.

observa Ricardo Azevedo (2010), ao elencar o conjunto de temas e assuntos caros à condição humana, que a literatura contempla com maestria:

as paixões; a busca do auto-conhecimento; utopias pessoais; sonhos e conflitos humanos; sentimentos como amor, ódio, desespero, inveja e orgulho; a dificuldade em separar realidade e ficção; as lutas do velho contra o novo; a construção da voz pessoal e a busca de um sentido para vida, entre muitos outros assuntos, vale repetir, não passíveis de lições, embora cotidianos e de extrema importância para todos nós. (AZEVEDO, 2010, p.2)

Há, porém, que se ter cautela no sentido de não reduzir a arte literária a uma plataforma de tratamento de temas tomados numa perspectiva didático-moralizante. Não obstante ela possa compreender uma infinidade de conhecimentos, um de seus mais significativos méritos reside no fato de promover uma profunda interação texto-leitor, instrumentalizando este leitor no sentido de engendrar uma quase infinita reconstrução dos significados do próprio texto e, porque não dizer, da vida.

Por muito tempo, a LIJ se viu reduzida a uma ferramenta didático-moralizante propícia para veicular determinados padrões de comportamento e pensamento às crianças e aos

adolescentes. O próprio surgimento da categoria diferenciada para um público de leitores mirins foi – e ainda é – alvo de preconceito por conta da informação reduzida acerca do gênero. Para acadêmicos diversos, a LIJ nem mesmo é um assunto. “Seu próprio tema parece desqualificá-la diante da consideração adulta. Afinal, ela é simples, efêmera, acessível e destinada a um público definido como inexperiente e imaturo” (HUNT, 2010, p.27).

Progressivamente, no entanto, este cenário está sendo problematizado e discutido, de forma que muitas dessas afirmações já não mais se sustentam. Questões de igual teor às da chamada literatura produzida para adultos são pesquisadas e tratadas também a partir da LIJ. Outro ponto digno de nota é a interdisciplinaridade que permeia as discussões nessa categoria. Isso possibilita que questões como identidade e memória sejam observadas a partir de focalizações mais múltiplas, menos redutoras.

Levando em conta o recorte desse trabalho, uma pequena diferenciação entre a literatura infantil e a juvenil precisa ser apresentada. Enquanto na maior parte das obras que compõem a primeira categoria os recursos ilustrativos aparecem em maior escala e a linguagem utilizada se apresenta de modo mais acessível porque precisa considerar o seu leitor mirim,

na segunda, conforme nos lembra Turchi (2002), é a narrativa que ocupa o lugar central do texto, podendo-se prescindir inclusive da ilustração. A pesquisadora observa, tendo em vista o desenvolvimento da maturidade do leitor jovem:

É claro que o leitor tornou-se mais exigente quanto à qualidade gráfica e ao apelo visual, por isto acha mais prazeroso ter um livro bem impresso, bem composto, com capa e ilustrações apropriadas, sem perder de vista, contudo, que se trata de aspectos paralelos à obra. A natureza específica do juvenil pede uma narrativa que envolva e prenda esse leitor adolescente, agitado, tomado pelos avanços da informática e pela velocidade da mídia – leitor que não é mais criança, mas ainda não é adulto. (TURCHI, 2002, p.28-29)

Também Xavier (2013, p.14) acena para esta distinção ao assinalar que as ilustrações, tão presentes no texto literário para a infância, perdem, no âmbito da literatura juvenil, um pouco de espaço e o texto pode ser utilizado de forma mais complexa, podendo contemplar ainda gírias e coloquialidades comuns à realidade do jovem leitor.

Ainda conforme a autora, a organização familiar é assunto habitual na literatura juvenil, trazendo à tona as confusões psicológicas e sociais vivenciadas nesse âmbito³. “Neste

3 Tal afirmação não exclui a contemplação da temática também pela literatura Infantil, ainda que seja uma característica de mais relevo na literatura Juvenil.

mesmo espaço, as imagens da memória e do esquecimento são frequentes, porque contribuem na compreensão dos conflitos e no resgate da identidade” (XAVIER, 2013, p.15), temas que estão intrinsecamente ligados ao *corpus* de análise desse artigo.

O livro de João Anzanello Carrascoza, *O homem que lia as pessoas* (2007), narra a história de um menino que se admira com a capacidade que o pai tem de “ler as pessoas”. Essas duas personagens mantêm um relacionamento muito próximo e afetuoso até o dia em que o pai morre. Morto, este se transforma em memória através da história tão profunda narrada e registrada pelo filho, narrador-personagem.

Uma das leituras que o texto permite fazer é a consideração do “filho” tanto enquanto personagem como autobiógrafo. Tal análise demanda que o pesquisador ancore-se, por exemplo, nos postulados de Philippe Lejeune, mais especificamente no que se refere ao conceito de *pacto autobiográfico*. De acordo com o pesquisador francês e, conforme já tivemos oportunidade de sumariar em outro momento (CARRIJO, 2013), o pacto autobiográfico será estabelecido entre autor e leitor quando, na obra, instaura-se a identidade autor-narrador-personagem, sendo autobiográfica a obra em que coincidirem tais identidades. O pacto autobiográfico é, pois,

a afirmação dessa identidade no texto, esta capaz de nos enviar, em última instância, ao nome do autor na capa do livro. Lejeune considera ainda que essa identidade onomástica entre autor, narrador e personagem pode ser estabelecida de duas maneiras: a) implicitamente, por via do título ou de alguma seção inicial do texto que deixa claro que o eu do enunciado remete ao nome da capa; b) explicitamente, através do nome que o narrador-personagem se dá ao longo da narrativa e que coincide com o do autor da capa do livro.

Já de acordo com Coelho Pace,

o pacto biográfico seria a manifestação do engajamento pessoal, do autobiógrafo, por meio de uma construção textual (prefácio, nota introdutória preâmbulo) ou paratextual (título e subtítulo, informações de contracapa e orelhas do livro), que permite ao leitor admitir o texto como expressão da personalidade daquele que escreve, em seu valor de verdade. (PACE, 2012, p.8)

A partir da dedicatória do livro – “Para meu pai, André, que partiu, e para meu filho, Lucas que aprendeu a ler e a escrever” (CARRASCOZA, 2007, p.5) – e dos últimos dizeres da obra:

Quando crescer, se eu tiver um filho, vou ajudá-lo nas lições de casa, ensiná-lo a jogar futebol, a fazer uma bandeira do Timão para nós. Vou pular o muro

da escola com ele e soprar meu vento em seu rosto. E vou contar a história do meu pai para ele, como fiz para você. (CARRASCOZA, 2007, p.94)

A possibilidade de que o pacto autobiográfico seja estabelecido se faz de forma considerável e, de acordo com a teoria lejeuniana, tal pacto seria aqui estabelecido de forma implícita, uma vez que não ocorre, no interior da narrativa, a referência ao nome da personagem como sendo João. Se assim fosse, tal pacto seria estabelecido explicitamente.

Autobiográfica ou não, a memória constitui a espinha dorsal da narrativa de Carrascoza, apresentando-se intimamente ligada ao processo de construção identitária do protagonista. Como bem observa Norberto Bobbio *Apud* José (2012, p.11):

Nossa forma de pensar, de agir, de planejar e de realizar o futuro depende estritamente daquilo que sabemos, ou seja, daquilo que lembramos. Somos aquilo que pensamos, amamos, realizamos... Somos aquilo que lembramos.

Em *O homem que lia as pessoas*, o filho, protagonista, inicia a narração do segundo capítulo da obra com a seguinte ponderação:

Só agora, que cresci um pouco, comecei a entender essa habilidade do meu

pai. E não é segredo, não. Estou aqui justamente para explicar. Até porque contar a história do meu pai é um jeito que encontrei de estar com ele de novo.

E não há nada mais gostoso do que ficar junto de uma pessoa querida. (CARRASCOZA, 2007, p.10)

Nesse trecho, observamos a importância que a memória adquire, não só enquanto passado que é rememorado, mas enquanto experiência que novamente participa do presente, por conseguinte, a força da palavra, que deixa de ser meramente enunciativa para se tornar uma potencialidade demiúrgica: falar não é só falar; falar faz algo acontecer; falar de memórias permite vivenciar novamente o já vivido. Além disso, ao dizer “contar a história do meu pai é um jeito que encontrei de estar com ele de novo”, o narrador sugere que, embora nossas lembranças estejam firmadas em tempo/espço específicos, essas categorias, quando da rememoração, não se apresentam de forma contínua, mas num tempo psicológico que exige uma organização temporal de quem vai narrar.

“A palavra, escrita ou falada, torna-se memória. Nossas memórias revivem através das palavras” (JOSÉ, 2012, p.13). É dessa maneira que tocamos na força que o discurso, escrito ou falado, tem para perpetuar

nossas memórias, livrando-as do esquecimento e/ou apagamento pelo tempo. Vale observar, entretanto, que é praticamente impossível registrar os fatos ocorridos tal e qual aconteceram, o que faz com que o registro seja incapaz de escapar da inserção de novas características, posto que o esquecimento de alguns traços é preenchido pelo discurso construído pelo narrador.

Em um primeiro momento, o pensamento, principalmente o cartesiano por excelência, coloca em oposição os termos “rememorar” e “inventar”, sendo que um não poderia compactuar com o outro. Aquilo que fosse da ordem da rememoração (verdade) excluiria o que é da ordem da invenção (ficção), principalmente se levado em conta o pacto autobiográfico estabelecido. Todavia, nenhuma dessas duas realidades – o elemento de memória e o pacto autobiográfico – é capaz de superar o traço mais distintivo da narrativa em questão que é ser obra de arte, ficção no cerne. Muitos escritores tentaram,

recuperar o tempo, os espaços, os fatos e as pessoas perdidas, através da palavra literária. O que parecia para sempre perdido acaba sendo recuperado, não só na literatura, mas sempre que contamos algo acontecido. Só que essa recuperação tem muito de verdade e muito de ficção, pois os

fatos passados são recontados de uma maneira atualizada, de acordo com a nossa visão de mundo, de como somos hoje (JOSÉ, 2012, p.15-16).

Isso é exatamente o que o trecho de Carrascoza supramencionado deixa transparecer. Em muitas outras falas do narrador, como em “Descobrimos muitas coisas escrevendo uma história” (CARRASCOZA, 2007, p.18) e em “Depois vou mostrar para minha mãe o que estou escrevendo [...] Talvez fique feliz em reencontrar meu pai aqui” (CARRASCOZA, 2007, p.92), as relações entre leitura, escrita, memória, fato e ficção se estabelecem.

Outra qualidade da memória que perpassa todo o texto do autor (2007) é o fato de que o esquecimento também faz parte dessa categoria analítica. Em um dado momento do livro, o pai diz ao filho:

– Você tem boa memória! O que nem sempre é vantagem... – ele falou, rindo.

– Por quê? – estranhei.

– Porque depois é difícil esquecer as coisas.

– Que coisas?

– As coisas tristes... – ele respondeu.

“Sempre tem as coisas alegres pra gente lembrar”, eu ia dizer.

Mas não deu tempo. (CARRASCOZA, 2007, p.39-40)

Já no final do livro, quando o pai do garoto havia falecido, o menino tece a seguinte reflexão:

Na hora que minha mãe contou, pensei: “Meu pai nunca mais vai se trazer pra mim!”.

E comecei a me lembrar das coisas boas que tínhamos vivido juntos. Fui sentindo uma tristeza muito grande e, então entendi por que ele dizia que não era vantagem ter boa memória.

É difícil parar de lembrar dele. Eu não sabia que lembrar doía tanto. (CARRASCOZA, 2007, p.91)

Diferentemente da realidade contemporânea fortemente pautada na expressão do afeto a partir de mercadorias, por parte de pais que dialogam seu “amor” aos filhos através de presentes materiais hauridos de uma cultura marcadamente consumista, o pai da narrativa de João Carrascoza “se trazia” de presente para o filho ao retornar de todas as suas viagens:

Quando voltou, uma semana depois, trazia um pacote vermelho bem bonito. Pensei que fosse pra mim.

– O que é isso? – Perguntei.

– É um presente pra sua mãe! – ele respondeu. – Semana que vem é aniversário dela. Esqueceu?

– Não.

– Então?

- E pra mim? O pai não trouxe nada?
 - Eu me trouxe pra você! – disse ele, abrindo os braços.
 - Fiquei sem graça, sem saber como agir.
 - Não está contente, não? – ele perguntou.
 - Sim – respondi com um movimento de cabeça. E dei um abraço nele.
- (CARRASCOZA, 2007, p.33-34)

A implacabilidade da morte faz com que este pai não mais se possa trazer de presente para o filho; no entanto, o poder demiúrgico e restaurador da palavra o traz de volta ao menino, como um presente. Não obstante a morte, a memória da vida traz ao filho a presença paterna como a melhor oferta, aquela que continuamente se lhe dá; aquela que com ele segue sendo!

Elias José considera que “Lembrar e contar é nascer de novo e custa e dói” (2012, p.27). No entanto, ainda que custe e doa, inúmeras vezes é importante e até de responsabilidade social, relembrar. É o que deixa entrever Gagnebin (2006) em *Lembrar escrever esquecer*, ao tratar da experiência arrasadora do holocausto e do quanto as pessoas que dele participaram e sobreviveram o têm como um dever de memória. O passado, por mais doloroso que tenha sido, constitui algo que não deve ser esquecido para que jamais

se repita. Mais ainda, algo impossível de se esquecer diante da intensidade da ação vivida:

Os sobreviventes, aqueles que ficaram e não se afogaram definitivamente, não conseguiam esquecer-se nem que o desejassem. É próprio da experiência traumática essa impossibilidade do esquecimento, essa insistência na repetição. (GAGNEBIN, 2006, p.99)

No caso da narrativa em foco, o menino precisava rememorar e escrever porque, diante da experiência dolorosa da perda inesperada do pai, era-lhe impossível esquecer ou parar de pensar, e também porque o “lembrar e contar” lhe ofereciam aquela possibilidade de “nascer de novo” mencionada nos parágrafos acima. Trazer de volta por meio do discurso o ente que é tão caro ao coração se torna, para o narrador, um dever de memória. Poderíamos dizer que, tal como para os sobreviventes do holocausto, o esforço do protagonista “consistia em tentar dizer o indizível, numa tentativa de elaboração simbólica do trauma que lhe permitisse continuar a viver [...]” (GAGNEBIN, 2006, p.99).

Na narrativa juvenil de Carrascoza, a morte do parente querido acontece de modo importante para nossa análise. Ela vem de maneira bastante inesperada. O pai, que trabalhava em outra cidade, sai para a última viagem antes

de ser transferido para o lugar no qual morava; parte e não volta mais. A interação, vivência amorosa entre pai e filho é tanta que o leitor, num primeiro momento, sequer pensa que esse pai vai morrer. A morte do pai anuncia-se como um choque tanto para o filho, o protagonista, quanto para o leitor, configurando-se como uma estratégia de narrativa que acaba por trair as expectativas desse leitor. O autor trai o leitor porque assim é a morte em seu enlace traiçoeiro com a vida.

O homem que lia as pessoas (CARRASCOZA, 2007) é uma obra que apresenta não só uma série de memórias que o filho tem de um finado e querido pai, mas que deixa transparecer traços de uma identidade que se constituiu a partir do contato com essa pessoa que se foi. Assim, memória e identidade encontram-se intimamente urdidas, intrinsecamente afinadas:

É a memória que faz o homem e constrói sua identidade, armazena as representações mentais do passado e delinea o conhecimento; é uma faculdade cognitiva essencial por fundamentar a aprendizagem humana, numa relação entre o tempo e a realidade, a busca de identidade e a evolução do mundo, a consciência histórica e a luta contra o esquecimento. (XAVIER, 2013, p.18)

Isso nos remete à afirmação feita por Norberto Bobbio⁴ – que merece ser reiterada – segundo a qual “Somos aquilo que lembramos”.

Como bem pontua Kathryn Woodward (2014), as identidades se fazem a partir da diferença e de modo relacional, tanto que eu só sei quem é o filho quando estabeleço as representações diferenciadas das outras personagens. Ou seja, eu não sou o outro, entretanto ele me oferece condições para que minha identidade se estabeleça: “Essas identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas” (WOODWARD, 2014, p.8), logo, precisamos perceber que, além de social, a construção identitária se dá pelas vias simbólicas que podem ser caracterizadas pela cultura, pelas artes em geral, entre outros. O estabelecimento das relações entre identidade e diferença ilustra-se perfeitamente nesta passagem da narrativa juvenil de Carrascoza:

Tem uns índios da Oceania que leem o casco das tartarugas.

Tem também uns índios da América do Norte que leem as nuvens. Deve ser legal. Já pensou? Você olha o céu e sabe o que as nuvens estão dizendo umas para as outras.

4 Cf José, 2012, p.11.

Tem os Tuaregue, que fazem previsão do tempo lendo as dunas do deserto.

Tem mulheres na Bahia, as mães de santo, que leem a sorte nas conchinhas do mar. (CARRASCOZA, 2007, p.8)

Pode-se, sem esforço, perceber como o excerto acima apresenta representações identitárias diversas. Nós temos concebidos os índios da Oceania, os da América do Norte, os Tuaregue e as mães de santo. Cada identidade foi delimitada pela diferença cultural em relação as outras: “A diferença é sustentada pela exclusão” (WOODWARD, 2014, p.9); logo, se eu sou Tuaregue, eu não sou um índio da Oceania. Os símbolos – aqui a forma com que cada um lê o mundo – marcam as distinções.

Quando olhamos para as posições de sujeito supracitadas, é preciso perceber que há uma identificação que inclui, contraposta à diferenciação que exclui. Ao afirmar que um sujeito faz parte da identidade “x” por “y” características, digo que outro não participa da mesma representação por “z” razões. Deste modo, não se podem deixar de lado as relações de poder que se estabelecem e que são capazes de demarcar um julgamento de valor entre as representações consideradas⁵.

5 As considerações foram adaptadas a partir do texto de Woodward (2014) quando trata da diferenciação/exclusão entre sérvios e croatas, que podem se desdobrar para quaisquer que sejam as posições de sujeito representadas.

Em dado momento da narrativa, aparece, na cidade em que as personagens moram, uma família de ciganos. O texto deixa bastante claro que a significação referente a esta marcação identitária se faz pela diferenciação destas pessoas em relação aos moradores da cidade. Há um trecho bastante significativo da narrativa que descreve esta chegada e alguns dos julgamentos depreciativos que a comunidade teceu sobre eles de forma preconceituosa, tornando evidente que esses estrangeiros não eram “bem-vindos” no mesmo espaço que aquela comunidade ocupava:

Foi então que chegou à cidade uma família de ciganos. Vieram numa carroça coberta com uma lona e acamparam num terreno baldio perto da escola. O cigano era barbudo, tinha dois dentes de ouro e trazia um facão na cintura; a cigana usava sempre a mesma roupa desbotada; as crianças eram sujas e malvestidas.

O cigano colocou um cartaz ao lado da carroça, anunciando que ele consertava objetos de metal e que a cigana lia a mão das pessoas.

– Povo estranho – minha mãe disse. – Fique longe deles!

Muitas pessoas pensavam da mesma forma. A cidade não via a família de ciganos com bons olhos.

Dona Marta, a servente da escola, falou mal deles do recreio.

– Raça ruim!

Tia Vanessa, a diretora, avisou os alunos, de sala em sala:

– Cuidado com essa gente! (CARRASCOZA, 2007, p.43-45)

De acordo com Woodward (2014, p.18), “os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar”. Nesse sentido, os ciganos são apresentados como aqueles que não podem se posicionar ou falar naquele determinado espaço.

Na mesma medida em que – desconsiderando aqui a problemática do julgamento de valores e ampliando o olhar para além das identidades culturais – a diferença serve para demarcar as diversas identidades, estas dependem destas diferenças para se constituírem e se expressarem:

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de formas de exclusão *social*. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade *depende* da diferença. (WOODWARD, 2014, p.40, grifos do autor).

Com relação à identificação, pode-se notar, nas memórias particulares do filho, o quanto a representação identitária

do pai influiu na construção de sua própria identidade. O pai não é o filho; o filho não é o pai. No entanto, a identidade do filho depende da diferença identitária constituída pelo pai, permitindo àquele um processo de identificação com este. “É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos” (WOODWARD, 2014, p.18). Em diversos momentos da narrativa, pode-se notar uma fala ou gesto do pai que, posteriormente, é assimilado pelo filho em sua própria representação identitária:

As coisas que nós dois vivemos estão em prateleiras dentro do meu coração. Posso ir até lá quando quiser, ver todas, sem pressa, e tocar uma a uma. São minhas. Não preciso comprar.

Quando crescer, se eu tiver um filho, vou ajudá-lo nas lições de casa, ensiná-lo a jogar futebol, a fazer uma bandeira do Timão para nós. Vou pular o muro da escola com ele e soprar meu vento em seu rosto. E vou contar a história do meu pai para ele, como fiz para você.

Contar histórias é um jeito de nos trazermos para as pessoas. (CARRASCOZA, 2007, p.94)

O trecho final do livro merece destaque nessa reflexão, pois, por via dele, concluímos as proposições feitas no início do texto, reconhecendo que aquele primeiro ponto

evocado, o da memória capaz de influenciar na construção da identidade, se confirma. As posições de sujeito de um pai que está morto podem ser recuperadas pelas lembranças do filho e por ele assimiladas em sua posição, também de sujeito.

Narrativas como esta de João Anzanello Carrascoza demonstram, com maestria, como temas vitais para a constituição do ser humano, tais como memória, identidade e morte, não constituem prerrogativa de obras potencialmente voltadas somente para o público adulto. Narrativas juvenis como a do autor contemplam tais questões na perspectiva do leitor juvenil, para quem elas não são facilitadas com formulações falaciosas de discursos que operam pela simplificação das problemáticas contempladas. É por via do que se diz de forma enviesada, simbólica, metafórica, que exemplares de excelência da literatura infantil e juvenil – tal como consideramos a narrativa em questão – espelham o humano e o desfiguram aos olhos do leitor mirim e do jovem leitor, convidando-o a um perene processo de reconfiguração de sua humanidade, expressa em sonhos, desejos, dramas, afetos, encontros, desencontros e reencontros que se haurem por via da palavra e da memória.

REFERÊNCIAS

- Azevedo, Ricardo (2007). Sobre livros didáticos e livros de ficção e poesia. In <http://www.ricardoazevedo.com.br/palestras.html> Acesso em fevereiro/2012.
- Carraschoza, João Anzanello (2013). O homem que lia as pessoas. Teresina: LM.
- Carrijo, Silvana Augusta Barbosa (2009). Trama tão mesma e tão vária:gêneros, memória e imaginário na prosa literária de Lya Luft. Curitiba: Prismas.
- Ceccantini, João Luiz C. T. (2004). Perspectivas de pesquisa em literatura infanto-juvenil. In _____ (Org.). Leitura e literatura infanto-juvenil: memória de Gramado (p.19-37). São Paulo: Cultura acadêmica.
- Coelho Pace, Ana Amélia Barros (2012). Lendo e escrevendo sobre o pacto autobiográfico de Philippe Lejeune (176f). Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Gagnebin, Jeanne Marie (2006). Lembrar escrever esquecer. São Paulo: Editora 34.
- Hunt, Peter (2010). Crítica, teoria e literatura infantil (p. 41-72). (Cid Kimpel, Trad.). São Paulo: Cosac Naify.
- José, Elias (2012). Memória, cultura e literatura: o prazer de ler e recriar o mundo. São Paulo: Paulus.
- Lejeune, Philippe (1996). Le pacte autobiographique. Paris: Colin.
- Turchi, Maria Zaira (2002). O estatuto da arte na literatura infantil e juvenil (p. 23-31). In _____. & Vera Maria Tietzmann Silva. Literatura infanto-juvenil:leituras críticas. Goiânia: Editora da UFG.
- Woodward, Katryn (2014). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual (14a ed.) (p.7-72). In _____. & Stuart Hall & Tomaz Tadeu da Silva (Orgs). Identidade e diferença:a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Xavier, Alice Gomes. (2013). O labirinto da memória: memória e

esquecimento em obras da literatura juvenil brasileira (99f.). Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

Fernanda Pires de Paula tem graduação em Letras, habilitação português e inglês (UFG/RC, 2013), e é mestranda do Programa de Pós Graduação *Strictu Sensu* Mestrado em Estudo da Linguagem (UFG/RC). Mais detalhes em <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4400034D3>>.

Contato: ferpiresdepaula@gmail.com

Silvana Augusta Barbosa Carrijo tem graduação em Letras (UFG/RC, 1995), Mestrado em Letras e Linguística (2003) e Doutorado em Letras e Linguística (UFG/FL, 2009). É Professora Orientadora Adjunta da Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística, da UFG/RC. Mais detalhes em <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4706111H6>>.

Contato: silvana.carrijo@gmail.com

Recebido em 31 de dezembro de 2014.

Aprovado em 18 de maio de 2015.